

ARRANJO PRODUTIVO LOCAL DE TERRA ROXA: A ANTI-VOCAÇÃO?

JEFFERSON ANDRONIO RAMUNDO STADUTO¹

Ednilse Willers²

PAULO ROBERTO AZEVEDO³

Resumo

O objetivo central deste artigo é relatar a experiência do surgimento do conjunto de empresas de confecção infantil do pequeno município de Terra Roxa – Paraná. A idiosincrasia é um forte componente dos APLs, no entanto, nesse caso a dinamização de elementos ligados sinalizam para uma completa anti-vocação territorial na qual está imersa a concentração de empresas de confecção infantil desse município. A capacidade de transformar uma rede de pessoas em rede de negócios está fortemente associada à idéia de resistir e criar condições de sobreviver no local onde se vive, que se expressa por meio do capital social, transformando-o em elemento indissociável ao conceito territorial. O capital sinérgico colocado na história de declínio econômico do município de Terra Roxa e a biografia de seus sujeitos sociais lideram a produção e a geração de emprego e renda de tal magnitude que possibilita a reconfiguração econômica desse município empobrecido.

Palavras chave: arranjo produtivo local, capital social, desenvolvimento local, Terra Roxa-PR.

Abstract

The central objective of this article is to report the experience of the sprouting companies of infantile clothes confection of the small city of Terra Roxa- Paraná. The idiosyncrasy is a strong component of the APLs, however, in this case the dynamiting of elements signals to a complete territorial anti-vocation in which is located the concentration

of companies of infantile clothes confection of this city. The capacity to transform a net of people into a business net is strongly associated with the idea to resist and to create conditions to survive in the place where people live, that it is expressed by the social capital, transforming it into an indissociable element to the territorial concept. The synergic capital placed in the history of the economic decline of Terra Roxa and the biography of its social citizens leads to the production and generation of job and income of such magnitude that it makes possible the economic reconfiguration of this impoverished city.

Key words: local productive arrangement, social capital, local development, Terra Roxa-PR.

1 Introdução

No Brasil, o planejamento e as políticas de desenvolvimento regional estão ausentes da agenda do Estado por muitos anos, as primeiras experiências remontam a década de 1950 e as últimas a década de 1970. A partir dos anos de 1980, a política econômica voltou os seus esforços para a estabilidade monetária. Recentemente, a década de 1990 foi marcada por uma nova ordem econômica, na vida pública e privada dos cidadãos e empresas

brasileiras, pois o Estado não tinha mais condições de incentivar e fazer dispêndios financeiros para estimular intensivamente qualquer setor econômico ou mesmo região.

Não obstante esta situação, alguns fenômenos de desenvolvimento se espalhavam pelo Brasil, sendo que muitos com características marcantes, como a aglomeração de médias, pequenas e microempresas em uma mesma localidade, ligadas à produção de um ramo de atividade específico – industrial ou de serviço. Esta forma de organizar a produção já havia sido registrada no final do século XIX na Inglaterra, por Alfred Marshall. Mas no Brasil, começou a ser estudada de forma mais intensa há pouco mais de quinze anos.

Atualmente, as políticas de fomento ao desenvolvimento regional e, até então, o esquecido desenvolvimento local tem nova roupagem, pois integram e favorecem ações entre o público e o privado. Já é extremamente conhecida a capacidade de empregar e de gerar renda das médias, pequenas e microempresas, as quais, conciliadas ao fato de estarem agrupadas em torno de um mesmo ramo de atividade, criam condições favoráveis ao sinergismo capaz de aumentar a competitividade e a sobrevivência no mercado.

¹ Doutor em Economia Aplicada pela ESALQ/USP. Professor Adjunto do Colegiado do Curso de Ciências Econômicas e do Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da Unioeste/Campus de Toledo. E-mail: staduto@unioeste.br.

² Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste/Campus de Toledo). E-mail: ednilse@unioeste.br.

³ Doutor em Ciências Sociais pela UFRGS e Pós-Doutor pela Universidade do Texas. Professor Adjunto do Colegiado do Curso de Ciências Sociais da Unioeste/Campus de Toledo. E-mail: pazevedo@unioeste.br.

**“... uma impetuosa
geada dizimou os cafezais
de toda a região,
resultando na perda de
quase três quartos da
população do município
em 20 anos...”**

No Paraná, mais precisamente na região Oeste do Estado, no município de Terra Roxa irrompe um desses fenômenos sócio-econômicos, o qual serviu de esteio para o município começar a remover a poeira da crise que se arrastava desde meados da década de 1970, devido a uma impetuosa geada que dizimou os cafezais de toda a região. Isto resultou na perda de quase três quartos da população do município em 20 anos. A agricultura que fora o grande catalisador do surgimento da cidade, já não parecia tão benevolente, fazendo com que muitos deixassem as suas terras para buscar o sustento da família em outros locais.

Contudo, aparentemente do vazio surgiu um número expressivo de indústrias de confecções de moda infantil. O *hobby* de uma das moradoras da cidade, que poderia ser apenas a tão sonhada renda extra, frutificou e liderou uma nova configuração econômica para o município cujos resultados já impactou positivamente na estrutura econômico-social local.

O objetivo central deste artigo é relatar a experiência do surgimento do conjunto de empresas de confecção infantil do pequeno município de Terra Roxa – Paraná. Este artigo avança de forma breve e concisa nos conceitos de capital social e territorialidade bem como no processo de transformação econômico-social que o Brasil e o Estado do Paraná viveram a partir da década de 1950, como forma de se compreender o processo de declínio econômico dos municípios pequenos, tal como Terra Roxa, e suas necessidades de mudanças em favor de sua sobrevivência econômica e social.

Para tanto, o artigo está dividido em cinco partes, sendo esta introdução a primeira, seguida do quadro teórico que se subdivide na conceitualização de capital social e territorialidade (tidos pela literatura econômica regional recente como reais desencadeadores de desenvolvimento econômico). Na sequência será apresentado um breve resgate histórico do cenário econômico brasileiro e do Estado do Paraná da década de 1950 em diante. Em seguida é relatado o processo de transformação econômica do Município de Terra Roxa, destacando a nova configuração produtiva que surgiu a partir do ano 2000 e que foi responsável pela alteração da estrutura urbano-rural, existente até 1999, para a urbano-industrial. Nessa seção também são apresentados os resultados obtidos das pesquisas realizadas nos anos de 2004 e 2005 sobre as causas da reestruturação produtiva ocorrida. E para encerrar, as considerações finais.

2 Quadro teórico

Na nova concepção de desenvolvimento econômico ganham importância, entre outros, alguns componentes socioculturais. O espaço deixa de ser contemplado simplesmente como suporte físico das atividades e dos processos econômicos, passando a ser mais valorizados os territórios e as relações entre seus atores sociais, suas organizações concretas, as técnicas produtivas, o meio ambiente e a mobilização social e cultural (MARTINELLI e JOYAL, 2004). Neste contexto termos como capital social e territorialidade passam a centralizar as discussões acadêmicas enquanto promissoras vertentes de desenvolvimento econômico local.

O termo capital social tem sido utilizado para contrapor a visão economicista do desenvolvimento econômico, pois modifica o centro de análise das relações econômicas para as relações humanas e sociais, passando a ser reconhecido como um ativo, no qual as estruturas sociais passam a ser vistas como recursos que podem desencadear o desenvolvimento econômico local.

Sendo o capital social um recurso em potencial, sua utilização enquanto instrumento que leva ao desenvolvimento econômico está fazendo parte, desde meados da década de 1990, das discussões acerca dos modelos de desenvolvimento econômico propostas pela Organização para a Cooperação Econômica e o Desenvolvimento – OCDE, Banco Mundial e a Comissão Econômica para a América Latina – CEPAL (AMÂNCIO et al., 2005). Nesta configuração, o termo capital não se reporta, apenas, ao acúmulo de riqueza ou a um estoque que serve à produção e da qual a renda é o objetivo, mas sim, a uma conotação de coletividade, onde um local comum é compartilhado por grupos cooperantes (MILANI apud AMÂNCIO et al., 2005).

O capital social, no atual contexto de desenvolvimento econômico, é visto como um ativo que oferece às localidades a possibilidade de consolidar metas de desenvolvimento econômico por meio das próprias potencialidades e capacidades da sociedade local. É o que Bourdieu apud Amâncio et al. (2005) afirmava quando disse que o capital social é um recurso que pode ser mobilizado com a finalidade de permitir aos grupos e/ou indivíduos formas mútuas de ajuda e de cooperação, pois pode ser tanto um estoque quanto a base de um processo de acumulação que permite à determinada sociedade ter maiores chances de competitividade e de sobrevivência no mercado. Neste formato, o capital social compreende a capacidade de organização de uma sociedade, a qual, associada à vida econômica, à confiança e a cooperação transforma-se em potencialidades reais de intervenção econômico-social, facilitando ações coordenadas que podem se tornar a base do desenvolvimento econômico local.

Este processo se torna viável por ter o capital social a função de criar e de gerar oportunidades, capacidades e potencialidades nos diversos atores de uma determinada sociedade, é o que Putnam (1996) já demonstrou em suas pesquisas quando afirmou que onde existe capital social, é

ele o ponto fundamental para o desenvolvimento econômico.

Freeman (1991) e Newby (1992), apud Albagli e Maciel (2003), também introduzem no contexto do capital social a inovação, tida pelos autores como a capacidade de uma sociedade, nas relações entre seus agentes, movimentos e organizações, empenhar-se nas escolhas que lhes são mais adequadas dentre as opções disponíveis e acessíveis, bem como aplicar os resultados de suas opções onde e como serão mais produtivas social e economicamente.

Mas o que é capital social? Para Putnam (1996) capital social diz respeito a determinadas características de uma organização social, como confiança, normas e sistemas, as quais contribuem para o aumento da eficiência da sociedade, pois facilita ações coordenadas em prol de um objetivo comum. É uma resposta que contrapõe o mito de que a sociedade é composta apenas por grupos de indivíduos independentes, na qual cada um age para atingir objetivos pessoais. Segundo Coleman (1990) apud Abramovay (2000), o capital social vem contrapor este mito, pois demonstra que os indivíduos não agem isoladamente e que seus objetivos também não são definidos de forma individualizada. É diante desta constatação que as estruturas sociais contemporâneas devem ser vistas como recursos, como um ativo, pois o capital social é produtivo e através dele se torna possível o alcance de objetivos que não seriam atingidos de forma individualizada.

O capital social é um ativo coletivo de grupos inseridos numa estrutura social. Trata-se de valores e crenças que os cidadãos compartilham, expressando socialização e consenso normativo. Esta postura favorece o espírito cívico e a vida cooperativa, gerando espaços e estruturas de trabalho em equipe, instigando a inovação e a aprendizagem coletiva, fatores importantes para o dinamismo econômico recente (ALBAGLI e MACIEL, 2003). Sendo assim, pode-se dizer que vários podem ser os benefícios econômicos do capital social, quais sejam: a) maior facilidade

de compartilhamentos de informações e conhecimentos, devido a relações de confiança, “espírito” cooperativo, referências sócio-culturais e objetivos comuns; b) conformação de ambientes propícios ao empreendedorismo; c) melhor coordenação e coerência de ações, processos de tomada de decisão coletiva e maior estabilidade organizacional, contribuindo para a redução de custos.

Mas é a partir da década de 1990, que se percebeu a existência de forte relação entre capital social e a formação de aglomerações produtivas localizadas. Estudos teóricos e empíricos⁴ demonstram que em aglomerações produtivas, especialmente aquelas reconhecidas como arranjos produtivos locais, as empresas (de micro, pequeno e médio porte) têm mais condições de sobreviver de modo competitivo e sustentado. Em conjunto com a sociedade local tem alcançado índices de crescimento econômico que viabilizam a retomada do desenvolvimento econômico-social local (ALBAGLI e MACIEL, 2003).

Se o capital social é tido como um ativo que possibilita a convergência de interesses coletivos na direção de determinado objetivo, neste caso para o desenvolvimento econômico de uma localidade, então se faz necessário entendermos também o significado que se está delineando para o espaço de ação deste capital social, ou como se tem denominado na literatura recente, o espaço territorial do desenvolvimento.

Para a OCDE (1994) apud Abramovay (2000, p. 385), “um território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico”. A idéia de que é a partir de uma realidade territorial específica que se pode desencadear o desenvolvimento econômico adveio dos exemplos de sucesso obtidos na Terceira Itália (década de 1980) e nos EUA (1980/1990) com o Vale do Silício. Nestes casos o desenvolvimento econômico foi resultado de formas específicas de interação social e da

capacidade inovativa e empreendedora da população local, a qual, através de suas empresas conseguiram promover e construir ligações dinâmicas que foram capazes de valorizar conhecimentos, tradições e confiança, criando a sinergia necessária entre os atores locais em prol do objetivo comum de superar seu estado de estagnação econômica (ABRAMOVAY, 2000).

Com base nestas experiências de sucesso, percebeu-se que o desenvolvimento econômico está diretamente ligado à emergência do potencial do capital social local, bem como com as iniciativas de seus atores em inovar e em definir planos de ação coletivos que os levem a agir em direção a projetos comuns que busquem desencadear o desenvolvimento econômico local. Neste contexto, o território é visto como um meio inovador, até porque, as empresas por si só não se transformam em agentes inovadores. Elas são partes de um meio onde a história, a organização, os comportamentos coletivos e o consenso que os estrutura é que são seus verdadeiros componentes de inovação. Sendo assim, os comportamentos inovadores de um território dependem, diretamente, das variáveis definidas no plano local e na densidade de seu tecido institucional e capital de relações (MAILLAT, 2002).

Storper (1996), apud Abramovay (2000), afirma que os sistemas produtivos mais dinâmicos são aqueles que se caracterizam pelas inovações e que emergem das potencialidades endógenas e diferenciadas de atores coletivos ligados uns aos outros por objetivos comuns e localizados. Ou seja, conforme Albagli (1999), é no nível local que se desenvolvem as empresas e as atividades úteis ao desenvolvimento econômico, social e cultural de uma coletividade. É nele que se apresentam os elementos de transformações sócio-político-econômicos, pois é o *locus operandi* de novas formas produtivas e de parcerias, onde a competição cede lugar à cooperação.

Assim, os lugares estão se especializando de acordo com suas con-

⁴ Ver mais referências www.ie.ufrj.br/redesist.

dições naturais, de sua realidade técnica e de suas vantagens de ordem social. Na medida em que as potencialidades dos lugares se evidenciam, suas escolhas para o exercício dessa ou daquela atividade se tornam mais precisas, o que, segundo Santos (1996, p. 199) irá desencadear o sucesso dos empreendimentos lá existentes, “é desse modo que os lugares se tornam competitivos”.

O local passa a adquirir conotações socioterritoriais de ação, passando a ser redefinido enquanto agente ativo dos processos de desenvolvimento econômico. Para tanto se faz necessário pensar o território como um sistema, cujas ações coletivas devem objetivar a implantação e a gestão de projetos que potencializem a economia local, gerando trabalho e renda através da criação de pequenas e médias empresas.

Ou seja, é preciso instigar o potencial competitivo do território, pois é através deste que se dinamiza a organização e a participação dos agentes sociais nos processos de desenvolvimento econômico local (MORAES, 2005). São as ações coletivas preconizadas por Schmitz (1997) tidas como a tônica que dinamiza as mudanças necessárias à construção de planos locais que possam levar ao desenvolvimento econômico. E são essas mesmas ações coletivas que alteraram e estão movimentando a economia de Terra Roxa, tendo nas empresas de confecções infantis o desencadeador de superação da estagnação econômico que se apoderou do município desde a década de 1970.

Mas para que se possa compreender, efetivamente, o processo de desenvolvimento econômico do Município de Terra Roxa, se faz necessário resgatar, mesmo que em breves palavras, seu contexto histórico, ampliando essa análise a partir da realidade econômica do país e do próprio Estado do Paraná.

3 Um Brasil em transformação

3.1 A Compressão dos municípios pequenos

O processo de modernização da agricultura brasileira, não obstante,

Tabela 1 - Trabalhadores Ocupados em Equivalente Homem na Agropecuária Brasileira e por região – 1970 a 1995/96

	1970	1975	1980	1985	1995/96
N	693.223	1.002.469	1.282.933	1.585.288	1.243.600
NE	6.060.696	7.195.423	7.863.638	9.138.239	6.782.663
SE	3.205.102	3.423.006	3.848.596	4.454.605	3.210.056
S	3.235.226	3.629.708	3.492.630	3.700.354	2.792.048
CO	706.444	966.765	1.058.256	1.282.551	1.032.721
BR	3.897.548	16.217.371	17.546.052	20.161.038	15.032.349

Fonte: IBGE-Censo Agropecuário (1970, 1980, 1985 e 1995/96).

aos benefícios econômicos e sociais, contribuiu para a concentração da terra. O sistema de produção vinculado pelo pacote tecnológico atrelado ao crédito rural inviabilizou vários produtores rurais. A policultura expressa pelo sistema de produção tradicional, não apresentou a sustentabilidade econômica necessária, detonando a “bomba” imigratória do campo para as cidades que ocorreram na década de 1960. Este cenário acentuou-se nas décadas de 1970 e 1980, e continuou na década 1990, cuja alteração da estrutura fundiária passou a ser o fenômeno que reforçou os índices de urbanização em quase todos os estados brasileiros.

A partir da década de 1970, a pequena propriedade entra em crise. As estatísticas revelaram que o número de estabelecimentos rurais estava diminuindo e o impacto da concentração de terra nos estados do Sul aumentando. Nas cidades do interior as mudanças na estrutura fundiária alteraram profundamente a estrutura econômica e a fixação da população nessas localidades. Portanto, o estudo e a análise do movimento populacional das cidades brasileiras e paranaenses é fundamental para entender o significado das transformações sócio-econômicas e espaciais que ocorreram a partir da década de 1970.

A mão-de-obra rural ocupada começa a reduzir-se drasticamente no campo em função do alastramento da mecanização das culturas de soja, trigo e milho. Um grande contingente populacional ficou sem trabalho e renda. Não só a pequena propriedade desapareceu, mas também os trabalhadores rurais perderam seus postos de trabalho. Considerando essas duas situações, nos fortale-

ce a idéia de que o movimento migratório campo-cidade no Brasil teve um forte caráter de expulsão, estimulando os residentes do meio rural a se deslocarem para as cidades e outras regiões.

A Tabela 1 revela o impacto que a mecanização agrícola causou no número de mão-de-obra empregada na agropecuária brasileira. Este contexto nos conduz a uma forte reflexão sobre a necessidade dos municípios, ou mesmo regiões, vislumbra-rem e concretizarem novas possibilidades de investir em mão-de-obra não-agrícola ou urbano-industrial. Alguns municípios estão conseguindo renovar a vida produtiva com novas atividades, produzindo desenvolvimento com pouco ou mesmo nenhum vínculo com a atividade agropecuária, tal como, é o caso das indústrias de confecção infantil de Terra Roxa.

O crescimento econômico de qualquer região (cidade, estado ou país), pode ter um grande caráter de “espontaneidade”, ou seja, sem planejamento. Por outro lado, o desenvolvimento pode ser planejado, programado e integrado do ponto de vista social, produtivo e territorial. Ora, o Brasil já teve uma forte experiência de planejamento, por meio de diversos projetos de desenvolvimento iniciados na década de 1950, com os Planos de Metas. Nas décadas seguintes, no regime militar, outros planos de desenvolvimento foram adotados, mas estes tinham por alcance as macrorregiões brasileiras.

Contudo, a classe dirigente do país percebeu que não bastava ter projetos de desenvolvimento bem concebidos e simplesmente fazer a sua implementação. Havia o gargalo financeiro, pois os custos advindos

Tabela 2 – Distribuição da população urbana segundo sua classe de tamanho – 1970 a 2000

Cidades	População Urbana Total (%)			
	1970	1980	1991	2000
Cidades Não Metropolitanas				
< 20.000	25,82	20,92	19,07	18,57
20.000 a < 50.000	9,48	9,91	11,29	10,60
50.000 a < 100.000	5,77	7,40	8,07	8,28
100.000 a < 500.000	10,29	14,84	16,41	17,31
Mais de 500.000	0,00	0,00	2,23	4,25
Total Metropolitanas	48,64	46,93	42,93	40,98
Total Absoluto da Pop. Urbana	52.097.271	80.436.409	110.990.990	137.697.439

Fonte: Brito, Horta e Amaral (2001). Dados Básicos: IBGE-Censos Demográficos (1970, 1980, 1991 e 2000)

destes projetos estavam, em grande parte, atrelados ao sistema financeiro internacional. Além deste agravante, tinha-se ainda o problema da inflação.

Após um longo período de diversas tentativas de combate a inflação, somente na década de 1980/1990, é que o governo começa a ter êxito em seu controle. Mas, isto teve um custo social e econômico considerável para o país. Foram lançados e implantados sete planos de estabilização monetária, transformando o Brasil em um laboratório de controle inflacionário. O desenvolvimento planejado por meio de políticas públicas foi praticamente abandonado e o crescimento das regiões e cidades acabaram se tornando produtos de iniciativas privadas ou políticas públicas isoladas. Este fato contribuiu para que, em meados da década de 1990, conceitos como o empreendedorismo se tornasse a palavra de ordem dos processos de crescimento econômico das localidades, ou mesmo, do planejamento, por meio de mecanismos de interação da iniciativa privada e o público.

Nos últimos 30 anos a reorganização territorial bem como a sua evolução pode ser revelada pelos aspectos demográficos dos municípios. Desta forma, deve-se examinar o cenário nacional, com a inversão da população campo-cidade e a crise da pequena propriedade, afetando fortemente as pequenas cidades, com menos de 50 mil habitantes. Pode-se observar por meio da Tabela 2 que estas cidades estão reduzindo a sua participação no total da população,

sendo liderados pelas cidades com menos de 20 mil habitantes. De uma participação de aproximadamente 26% da população em 1970, reduziu-se para pouco mais de 18% em 2000. Já as cidades entre 20 a 50 mil habitantes tiveram a sua participação no total da população nacional praticamente estável com uma certa tendência de baixa.

Este comportamento populacional demonstra uma certa crise geral das pequenas cidades e, principalmente, das menores. O movimento migratório que aconteceu no sentido campo-cidade fortaleceu as cidades maiores e apenas algumas conseguiram crescer para alcançar o *status* de cidade média. O município de Terra Roxa fez parte do movimento geral que se observou no Brasil. Naturalmente, que cada região e cidade tiveram suas particularidades, contudo, muito de suas relações se igualam às causas já apresentadas aqui.

Sendo um pouco mais específico, a participação das cidades médias não-metropolitanas (100 a 500 mil habitantes), ao longo do período de 1970 a 2000, cresceu expressivamente no total da população brasileira, passando de 10,29%, em 1970, para 17,31%, em 2000, números esses não acompanhados pelas cidades médias que fazem parte das regiões metropolitanas, que cresceram apenas 1,31%, no período, e pelas cidades de maior porte, apesar do crescimento que ocorreu na década de 1970 (BRITO, HORTA e AMARAL, 2004).

Outro fato que merece atenção é que de 1970 a 2000 ocorreu a eman-

ciação política de 1.555 municípios, sendo 1.149 de pequeno porte, com população de até 20 mil habitantes. No entanto, a participação da população no total desses municípios diminuiu consideravelmente de 28%, em 1970, para 19,8%, em 2000. Para os municípios do segundo extrato (20 a 50 mil habitantes), não foi muito diferente, ou seja, houve um aumento no número de municípios, mas a população total também diminuiu cerca de 10% (Tabela 3).

As cidades médias exercem uma grande atração regional de empresas e, conseqüentemente, de trabalhadores. Neste contexto, as transformações ocorridas no Paraná também refletiram as mudanças populacionais e as formas de organização das cidades de maior porte (cidades médias). O crescimento de algumas e a redução de outras, foram resultantes das atividades sócio-econômicas, que por sua vez, foram construídas ao longo de uma trajetória de desenvolvimento marcadas por particularidades e ao mesmo tempo integradas ao movimento geral do desenvolvimento brasileiro e paranaense. Na região Oeste do Paraná, por exemplo, a crise que está ocorrendo em muitos municípios pequenos é reflexo do efeito de polarização que está muito associado com a agroindustrialização.

3.2 O Paraná na segunda metade do século xx

No estado do Paraná até a década de 1940, as atividades econômicas eram restritas, basicamente, à extração da erva-mate e madeira. Nas

Tabela 3 – Classificação dos municípios segundo sua classe de tamanho – 1970 a 2000

Classe de tamanho dos municípios (mil habitantes)	1970		1980		1991		2000	
	Número absoluto de municípios	% na população total	Número absoluto de municípios	% na população total	Número absoluto de municípios	% na população total	Número absoluto de municípios	% na população total
< 20	2.875	28,1	2.758	21,3	3.095	19,6	4.022	19,8
20 e 50	828	26,4	859	22,1	930	19,2	958	16,9
50 e 100	158	11,0	236	13,1	281	13,1	303	12,4
100 e 500	80	15,5	120	19,1	160	21,7	193	23,3
Mais de 500 mil	11	19,0	18	24,4	25	26,5	31	27,6
Total Brasil	3.952	100,0	3.991	100,0	4.491	100,0	5.507	100,0

Fonte: Brito, Horta e Amaral (2001). Dados Básicos IBGE/Censo Demográfico de (1970, 1980, 1991 e 2000).

décadas de 1950 e 1960 a produção preponderante era o café e ainda a extração da madeira. Contudo, foi através da expansão da cultura do café que o Estado sofreu sua transformação sócio-econômica (LEÃO, 1989).

A cultura do café era extremamente representativa no total da produção agrícola e da economia paranaense. “O crescimento acelerado da cafeicultura no Paraná, tratou-se da mais dinâmica das economias primário-exportadoras do Brasil, a mesma que fora a base sobre o qual se dera o desenvolvimento econômico de São Paulo, criara a ilusão de que o estado [do Paraná] trilharia agora o mesmo caminho.” (MAGALHÃES FILHO, 1996, p.9).

No entanto, no final da década de 1960, a economia cafeeira apresenta sinais de sua fragilidade, pois a sustentabilidade política que o café teve quando ocorreu a sua expansão em território paulista no século XIX e início do século XX, já não se mantinha na segunda metade do século XX. O foco do governo federal era a indústria que se desenvolvia no estado de São Paulo, cujo financiamento adveio do confisco cambial do café. Neste período, o estado de São Paulo já não era o maior produtor de café, mas sim o Paraná, sobre o qual recaia todo o ônus pelo financiamento.

O ano de 1975 foi um dos mais difíceis na história da economia paranaense, contribuindo para que ocorresse a mudança do perfil da economia, tornando o Estado mais urbano-industrial e menos rural. A agricultura, setor que representava

mais de 40% da renda interna do Estado, sofreu os efeitos dos fenômenos climáticos adversos, desde do início desse ano, tendo por impacto secas anormais que se alternaram com geadas violentas e com o excesso de chuvas, o que resultou em pesados prejuízos para a agricultura. Nesse ano as perdas nas lavouras de café, trigo e cana-de-açúcar, nas pastagens e criações de gado, nos campos de produção de sementes e em outras atividades vinculadas à agropecuária foram equivalentes a mais de um terço do Produto Interno Bruto do Estado. (A ECONOMIA PARANAENSE..., 1975).

“Em termos absolutos, as perdas e prejuízos que resultaram da conjunção desses fatores, extremamente adversos, podem ser consideradas como o maior revés da agricultura paranaense, em toda a sua história” (A ECONOMIA PARANAENSE, 1975, p.61). A partir de então a economia do Estado começa a tomar outra configuração, auxiliada pelo intenso processo de modernização da agropecuária, sendo a região Oeste do Paraná um dos territórios mais afetados por este processo, o qual alterou fortemente o seu perfil produtivo.

3.3 A marcha para o oeste do Paraná

A região Oeste do Paraná teve dois fluxos colonizadores. O primeiro oriundo do fluxo migratório dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, motivado principalmente pelas empresas colonizadoras. O segundo foi impulsionado pela cultura do café, tornando-se uma extensão da expansão do Norte do Esta-

do, a qual atravessou o Rio Pequiri. O fluxo populacional era mais heterogêneo, originava de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e do Nordeste brasileiro. O povoamento do Oeste do Paraná por estas pessoas contribuiu para o surgimento de vários municípios, tais como, Terra Roxa, Assis Chateaubriand, Palotina, Tupãssi, Corbélia, Cafelândia, entre outros (COLODEL, 2003).

Pode-se notar que o Oeste do Paraná sofreu um processo migratório inverso ao que ocorreu no Brasil a partir dos anos 1950. No setor rural brasileiro ocorria um forte processo de esvaziamento, atraído pelo crescimento do setor urbano-industrial da região Sudeste, e principalmente no estado de São Paulo. A produção agropecuária de modo geral não tinha praticamente nenhuma incorporação tecnológica. A estrutura fundiária concentrada era apontada como uma das causas, pois com exceção do Sul do país havia grande predomínio dos latifúndios. A forma preponderante de expandir a produção era por meio da incorporação de terra. Com efeito, as fronteiras agrícolas tinham que ser agregadas ao processo produtivo nacional.

O Oeste paranaense era considerado a última fronteira agrícola do Sul do país. A princípio a sua ocupação, idealizada na década de 1930, tinha por componente principal a segurança nacional, mas a partir da década de 1950 o grande êxodo rural poderia comprometer a produção agropecuária e a colonização contribuiu para contrapor a este movimento.

É a partir dos anos 1960, que a região teve sua grande explosão populacional. Entre 1960 e 1970, a região recebeu 374.082 pessoas, e a taxa decenal de migração de 0,82% a.a.. Neste período apenas o Distrito Federal, considerada área de fortíssima atração populacional, recebeu mais migrantes que o Extremo Oeste Paranaense (RIPPEL, 2004).

A partir da década de 1970, teve início na região uma nova fase de produção agrícola. A modernização da agricultura brasileira que se alastrou fundamentalmente pelas regiões Sul e Sudeste encontrou condições sócio-econômicas para ser implantada no Oeste do Paraná. O crédito rural oficial e subsidiado era atrelado a um pacote tecnológico. As lavouras temporárias, como as culturas de soja e trigo, foram as principais responsáveis pelo crescimento da produção agrícola e desenvolvimento da região. A produção não resultava mais da policultura de subsistência, mas da especialização na produção de soja e trigo destinados ao mercado interno e exportador (PIFFER, 1997).

Os pequenos proprietários foram alvo deste processo de reorganização do espaço rural e muitos estabelecimentos desapareceram da contagem dos Censos Agropecuários. O esvaziamento populacional do campo, resultante da queda da população rural ocorrida nas regiões Norte e no Oeste paranaense tiveram suas causas nas transformações que constituíram a modernização da agropecuária. Essa redução ocorreu de forma mais nítida nessas regiões, onde houve um grande adensamento populacional decorrente da expansão agrícola que ocorreu anteriormente.

O movimento de concentração fundiária foi um dos responsáveis pelo forte processo de êxodo rural: entre 1970 e 1980 as migrações na região Oeste do Paraná deixaram um saldo negativo de 117.047 pessoas. Na década seguinte mais 62.295 pessoas deixaram a região. Boa parte destas 179.342 pessoas deixou o setor rural (1970 a 1990) deslocando-se para o meio urbano. Em 1970 a população rural do Oeste do Paraná estava na ordem de 80%, já em 1980, a população rural e urbana iguala-

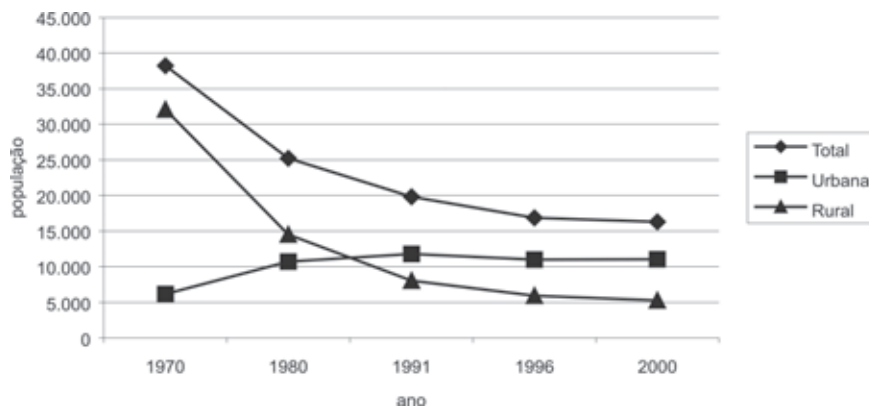


Figura 1 – Evolução da população de Terra Roxa de 1970-2000.

FONTES: IBGE- Censo Populacional (1970, 1980, 1991 e 2000).

vam-se em 50%, iniciando a década de 1990 com uma população urbana de aproximadamente 71%. A alteração na composição da população dos municípios na região Oeste do Paraná bem como no Estado tornaram ambos mais urbanizados. Esta situação está associada à necessidade de geração de emprego nas cidades.

A partir da década de 1990, a produção agroindustrial nas regiões produtoras de grãos e outras matérias-primas agropecuárias cresceu verticalmente e começa a ter grande visibilidade para a sociedade e os segmentos políticos, o que contribuiu para que essas regiões caminhassem para a viabilização do desenvolvimento regional e, particularmente, alguns municípios se tornassem pólos com grande área de influência atraindo novos investimentos e, fundamentalmente, a população dos municípios vizinhos. Também se tornaram receptores de antigos produtores rurais que hoje não tem mais a sua propriedade agrícola.

Mais recentemente, a região Oeste do Paraná teve um grande processo de agroindustrialização concentrada em alguns municípios em razão de vários vetores derivados de vantagens locais. Do ponto de vista institucional também há vantagens por meio do recebimento de *royalties* pelos municípios limieiros que fazem margem com o lago de Itaipu. Há também o município de Foz de Iguaçu que é um pólo turístico. No caso de Terra Roxa apesar de ser um município limieiro recebe um valor irrisó-

rio, não contribuindo como fator exógeno para aumentar a sua vantagem locacional como ocorre com outros municípios limieiros e não foi alvo de investimentos da indústria processadora dos produtos agropecuários. De fato, havia um caminho aberto para o forte declínio desse município.

3.4 No oeste paranaense, o solo de terras roxas

O município de Terra Roxa está situado na parte norte da Região Oeste do Paraná, e encontrou-se no centro do fenômeno de ocupação citado anteriormente. Em 1970, o município também ingressou na segunda fase econômica paranaense, caracterizada pela produção agrícola centrada no binômio trigo e soja, altamente tecnificada, mecanizada e com largo uso de insumos. A transição da primeira fase para a segunda contribuiu para a emigração do Oeste do Paraná, revelando grande a substituição de mão-de-obra rural por máquinas e equipamentos, acarretando na estrutura fundiária mais concentrada.

Em Terra Roxa este processo de emigração foi particularmente dramático. Entre 1970 a 1980, considerando-se a migração inter-estadual, intra-estadual e intra-regional a população decresce de 37.452 habitantes para 25.535, e entre 1980 a 1990 para 19.820 habitantes e, ainda, entre 1990 a 2000 o decréscimo deixa um saldo populacional de apenas 16.293 habitantes no município, como demonstra o Figura 1.

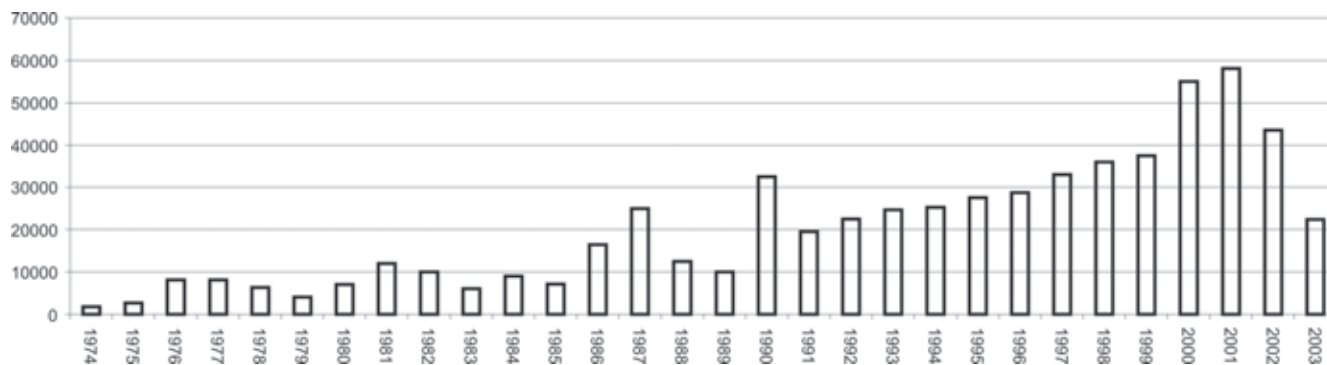


Figura 2 - Quantidade colhida de mandioca em Terra Roxa de 1974-2003 (tonelada)

Fonte: IPARDES (2005)

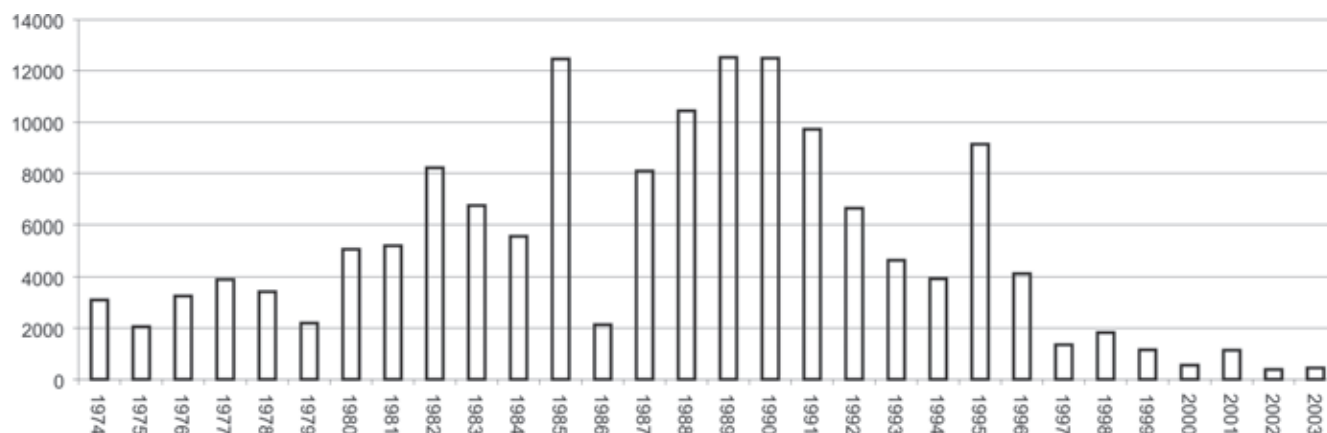


Figura 3 - Quantidade produzida de algodão em Terra Roxa de 1990-2003 (em toneladas)

Fonte: IPARDES (2005).

O decréscimo populacional do município de Terra Roxa, principalmente na década de 1970, pode ser explicado pela transformação no modelo de produção agrícola que afetou todo Oeste do Paraná e que já foi comentado anteriormente. Terra Roxa não escapou da tendência geral dos movimentos demográficos que ocorreu no Brasil, de redução de tamanho das pequenas cidades. Excluído os aspectos políticos, religiosos, raciais ou mesmo de risco de integridade física e psicológica o indivíduo tem a sua moradia onde ele obtém a sua renda, por meio do seu próprio negócio ou tendo uma ocupação assalariada. A evasão populacional dos pequenos municípios na grande maioria é reflexo do baixo dinamismo econômico.

No Paraná principalmente na década de 1990, ocorreu intenso pro-

cesso de migração intrarregional. Esta situação não poupou, principalmente, os municípios menores do Estado, tal como o município de Terra Roxa, onde seus habitantes não fixaram residência em função de não visualizarem a possibilidade de geração de renda para suas famílias. Mesmo sendo a agricultura a grande geradora de renda para o município, logo se percebeu que a mesma não dava conta de atender a abundante oferta de mão-de-obra existente, até porque na situação de pequeno proprietário não havia muita demanda de serviços. Outro agravante foi o fato de Terra Roxa estar cercada por várias cidades mais dinâmicas, como: Cascavel, Toledo e Foz do Iguaçu, e em segundo plano as cidades de Palotina e Guairá.

Para ilustrar a evolução da produção agrícola do município, foram

selecionados 4 produtos, que representam as culturas produzidas pelas propriedades familiares na década de 1970 – café, algodão herbáceo e milho. As figuras 2, 3, 4 e 5 demonstram muito bem como a alteração da composição das culturas em Terra Roxa tornou desfavorável seu cultivo para a pequena propriedade. As culturas do café e algodão foram, praticamente, dizimadas no município. Eram produtos dinâmicos e cultivados pela pequena propriedade. O café na década de 1970 reduziu a sua produção como discutido anteriormente em virtude da geada de 1975 que afetou essa cultura no estado do Paraná. Já o algodão, na década de 1990, teve a sua redução devido ao deslocamento da cultura para a região Centro-Oeste (Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás) porque propiciava a implan-

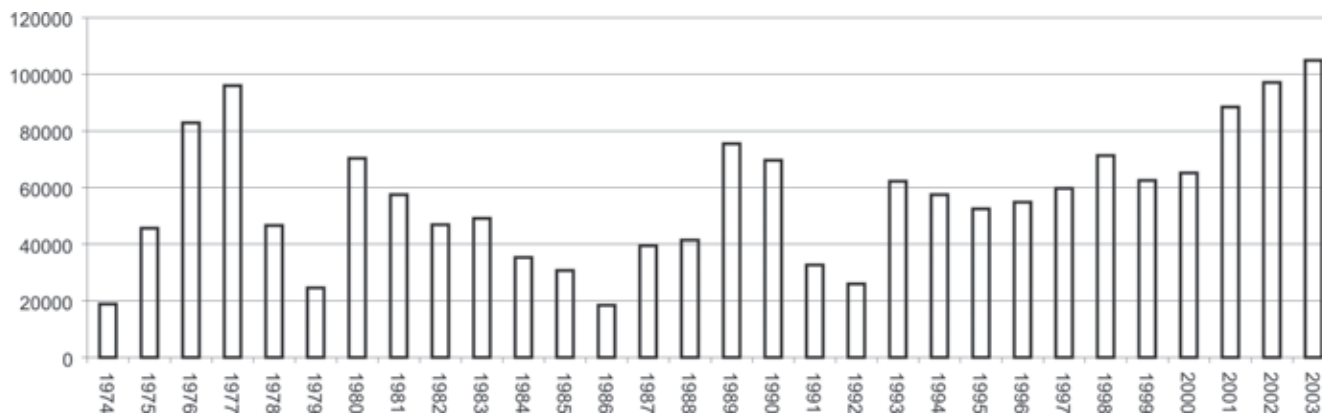


Figura 4 – Quantidade produzida de milho em Terra Roxa de 1990-2003 (em toneladas)

Fonte: IPARDES (2005).

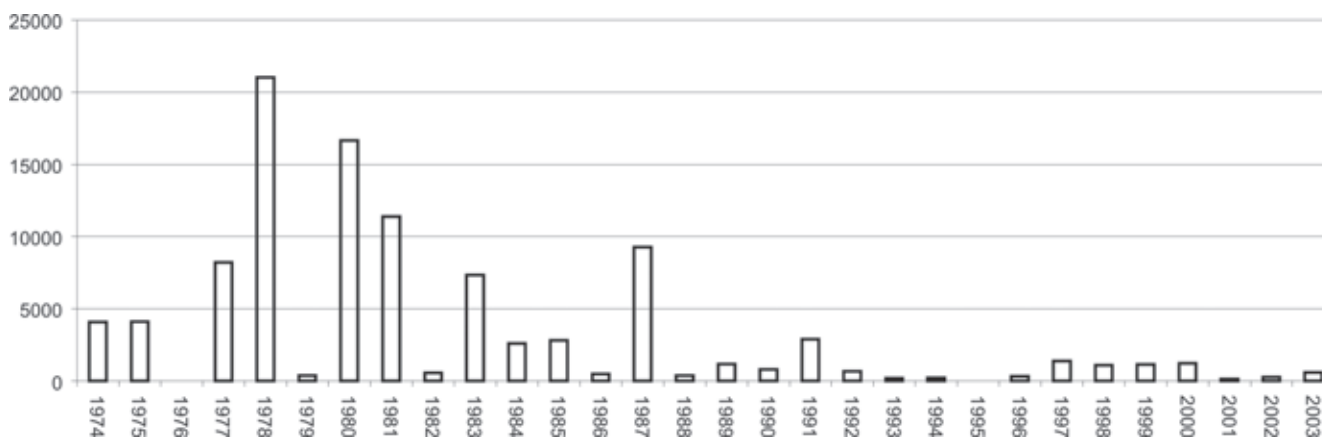


Figura 5 – Quantidade produzida de café em Terra Roxa de 1990-2003 (em toneladas)

Fonte: IPARDES (2005).

tação de um novo padrão tecnológico (a mecanização). As culturas do milho e mandioca continuaram a ser cultivadas em grande parte para subsistência.

As transformações sócio-econômicas que ocorreram no campo refletiram diretamente na redução da população de Terra Roxa. Uma vez que, as opções de trabalho diminuíram com a redução da pequena propriedade, e as outras cidades mais próximas e até mais afastadas pareciam mais atrativas. No entanto, a situação começa a mudar com o surgimento das primeiras empresas de confecção infantil. As quais, a partir da segunda metade da década de 1990, registram um rápido crescimento de absorção de mão-de-obra

local. A Figura 6 demonstra a mudança do perfil do município, nos quais o expressivo aumento do emprego da mão-de-obra no setor industrial, sobrepõe o ramo tradicional local (agricultura) e inclusive serviço. Verifica-se que a partir de 1999 ocorreu crescimento abrupto da ocupação industrial e, por sua vez, crescem os setores de serviço e comércio.

4 Evidências empíricas da emergência do capital social e territorialidade

Nos primeiros anos da década de 1990, o cenário nacional, tanto econômico quanto político, não era muito favorável no Brasil bem como no Paraná. Os municípios da Região Oeste do Paraná já vinham enfren-

tando a crise das pequenas propriedades, como narrado anteriormente. Neste mesmo período, em Terra Roxa, inicia-se um fenômeno que refletia a necessidade de mudar. A primeira empresa de confecção infantil surgiu a partir do ideal de uma das moradoras em contribuir no orçamento familiar.

Inicialmente, era um *hobby* de uma das moradoras de Terra Roxa, Dona Celma, que bordou o enxoval de seus filhos, que por sua vez, expandiu a atividade de forma restrita para aumentar o orçamento familiar como é muito comum nas mulheres que não se engajam no mercado de trabalho, e preferem atuar por conta própria ou se deparam com a realidade de falta de oportunidade,

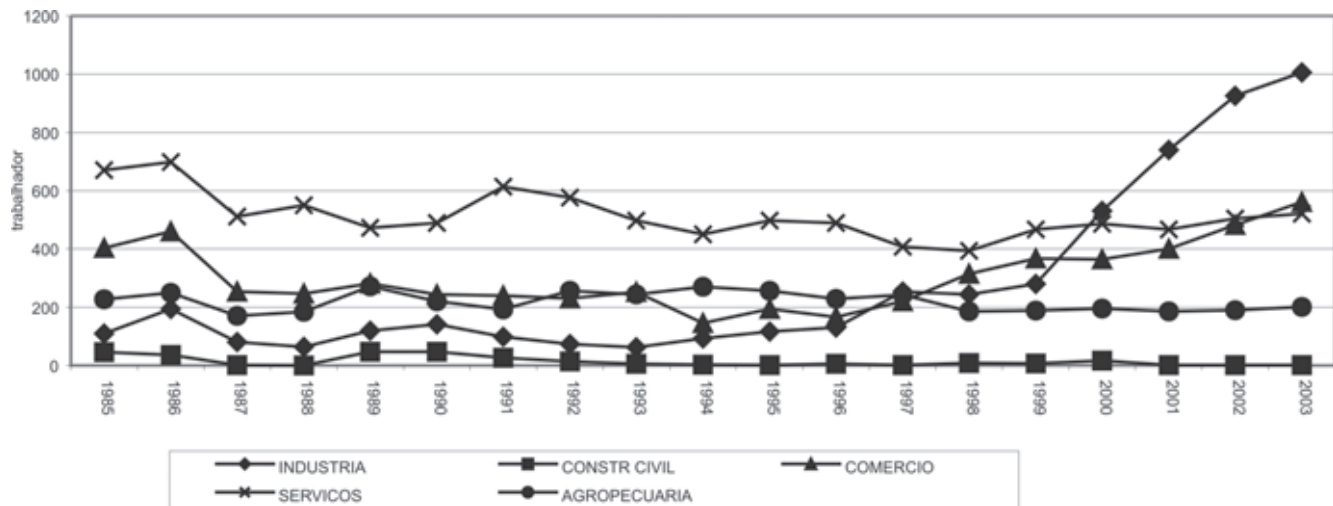


Figura 6 - Evolução da ocupação de trabalho, por setores da economia em Terra Roxa de 1985-2002.
Fonte: RAIS (vários anos).

e sem dúvida Terra Roxa não era um lugar propício para geração de emprego. No entanto, esta atividade complementar tomou rumos maiores, primeiro tornando-se atividade principal da família, com a adesão do esposo, isto ainda na primeira metade da década de 1990. Vários fatores fizeram que alcançasse o êxito dessa atividade no âmbito familiar, no entanto, o mesmo se estendeu e se alastrou pela cidade ávida por um modelo de sucesso que outras habitantes queriam replicar com suas famílias. Desta forma, estava-se levantando uma bandeira de resistência ao declínio econômico e sem dúvida no logo prazo refletiria no dilaceramento do tecido social.

Em menos de cinco anos, a idéia de investir em confecções para bebês contagiou parcela expressiva dos empresários locais e de novos empreendedores, os quais passaram a investir neste segmento, iniciando uma nova fase na história econômica de Terra Roxa. Mas foi em 2004 que “nasceu” oficialmente a organização denominada de “Arranjo Produtivo Local de Moda Bebê de Terra Roxa”, em decorrência do crescente número de empresas que se especializaram no setor. Essa organização expressou a vontade dos empresários em criar uma agenda em comum de discussões e ações para fortalecer o coletivo das empresas locais

(ARRANJO PRODUTIVO CONFECÇÃO MODA BEBÊ, 2004). Segundo Staduto, Willers e Azevedo (2005), em 2005 existiam cerca de 47 empresas regularmente abertas e ativas. E com a criação dessa organização o conjunto das empresas pode alcançar os conceitos mais elaborados que a literatura configura como arranjo produtivo local.

A seguir são colocadas algumas evidências sobre os elementos que conduziram para o crescimento dessas empresas e ao desenvolvimento local, os quais estão assentados sobre um território que foi construído fundamentalmente pelo processo de resistência dos seus moradores frente a um declínio econômico persistente.

A história dos empresários das confecções de moda bebê de Terra Roxa está diretamente vinculada à história do Oeste do Paraná, de uma maneira geral, e da história do município de um modo mais específico. A maioria absoluta dos empresários nasceu ou veio a residir ainda criança no município, acompanhando o itinerário de seus pais. Segundo o LIS (2004), 67% dos empresários de confecções são nascidos em Terra Roxa ou residente desde a infância, e 33% mudou para Terra Roxa depois dessa época.

O vínculo entre estes empresários e a história regional municipal é

a origem rural da grande maioria dos empresários. Entre 27 empresários pesquisados, 21 deles (77,8%) são filhos de agricultores e 7 ainda tem a agricultura como seu meio de vida. Este dado remete diretamente ao índice de esgotamento de postos de mão-de-obra no setor rural como demonstrado anteriormente.

Com respeito às atividades realizadas anteriormente por esses empresários, em boa parte dos casos, os mesmos já operavam em alguma atividade relacionada com a área em que atualmente estão empreendendo. Entre os 27 entrevistados 9 atuavam em áreas diretamente relacionadas ao setor de confecções, outros 5 atuavam como empresários e os demais eram autônomos ou funcionários assalariados. A origem das empresas é proveniente de capital autóctone, ou seja, as empresas nasceram com capitais oriundos da economia pessoal de cada um dos empresários. Indagados diretamente sobre esta questão mais da metade dos empresários indicaram esse expediente como a fonte de recursos do seu empreendimento (LIS, 2004).

As fontes de inspiração para a tomada de decisão de ingresso no ramo foram diversas, entre elas destacam-se principalmente o conhecimento de atividades do ramo, opinião de amigos ou familiares do ramo, bem como o aproveitamento

de mão-de-obra local (LIS, 2004). A maior parte das empresas de confecção infantil Terra Roxa foram criadas a partir de 2000. Essas empresas na grande maioria são de micro e pequenos portes sendo que cerca de 96% tem menos de 100 empregados, e 71%, destas, tem até 20 empregados, como ilustra a Tabela 4.

Tabela 4 - Empresas de confecção moda infantil segundo o número de empregados em 2003.

Tamanho da empresa	%
Até 4 vínculos ativos	29
De 5 a 9 vínculos ativos	23
De 10 a 19 vínculos ativos	19
De 20 a 49 vínculos ativos	23
De 50 a 99 vínculos ativos	2
De 100 a 249 vínculos ativos	4
Total	100

Fonte: CAGED (2004).

As empresas no ramo de confecções infantis são na maior parte de fabricação dos vestuários. Há outras empresas atuando como prestadoras de serviços, principalmente fazendo as costuras das roupas e aplicando os bordados. É provável que com a expansão da produção nos próximos anos a participação das empresas prestadoras de serviços se amplie, como um processo natural de complexificação e de fortalecimento da estrutura produtiva. Segundo o Censo Empresarial (2005), 96% das empresas são de industriais de confecção infantil e 4% são de prestadoras de serviços.

A mão-de-obra empregada nestes estabelecimentos é predominantemente formal e os treinamentos ocorrem na maioria, no âmbito interno das empresas (Figura 7). O processo de aprendizagem iniciou extremamente endógeno, desta forma, espera-se haja forte respostas dos agentes com a introdução organizada de treinamento da mão-de-obra, e que ocorra um aprendizado coletivo.

O setor desde seu surgimento ampliou significativamente a abrangência de seu mercado. Hoje seus produtos não se limitam mais ao mercado regional, passando a ser

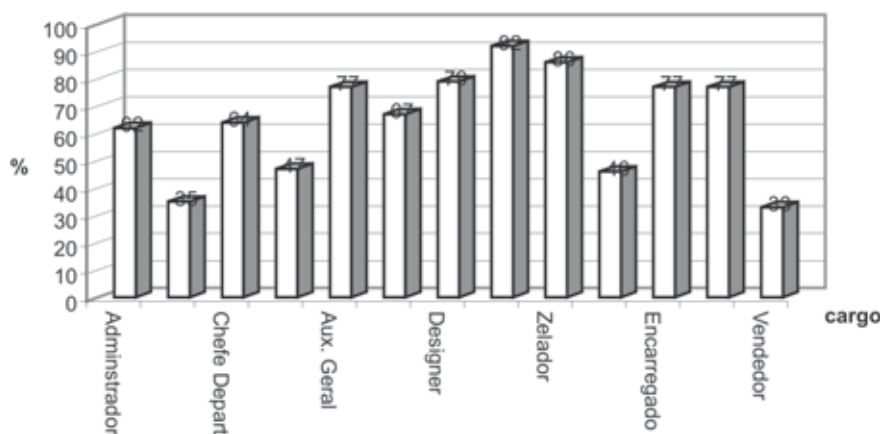


Figura 7 - Qualificação nas próprias empresas confecção infantil de Terra Roxa por ocupação

Fonte: Censo Empresarial (2005).

exportados e a competir com os produtos de outros estados brasileiros, a Tabela 5 ilustra esta expansão.

Tabela 5 - Destino das vendas das empresas de confecção infantil de Terra Roxa em 2004

Estado	%
Paraná	13,7
Santa Catarina	11,5
São Paulo	12,7
Rio de Janeiro	9,3
Rio Grande do Sul	8,0
Bahia	8,4
Minas Gerais	6,4
Goiás	4,1
Mato Grosso	3,9
Demais	22,0
Total	100

Fonte: Censo Empresarial (2005).

Segundo o Censo Empresarial (2005), constata-se que 82% das empresas têm marca própria, um resultado extremamente positivo, pois configura a autonomia em termos de *designer* e de produção das peças produzidas pelas empresas, aumentando expressivamente as chances de fixação das marcas no mercado. Desta forma, estas empresas diferenciam-se das chamadas empresas de facção. As empresas respondem por boa parte da criação de suas roupas, 75% têm até 100% de criação própria, 17% e 8% têm até 90% e 80%, respectivamente, de cri-

ação própria. Esta constatação evidencia e valoriza o potencial artístico local.

Contudo, o que se destaca na análise feita, é que as mudanças ocorridas na estrutura econômica de Terra Roxa foram oriundas do capital social local e está refletindo em um rápido posicionamento no mercado de moda bebê. No caso deste município, o capital social parece ter maiores proporções, por ter uma parcela expressiva de empresários nascidos no município. Este fato "criou" um vínculo maior com a idéia de crescer e morar no município natal. Um outro elemento importante para caracterizar a origem comum dos empresários é a origem rural dos mesmos, pois 78% deles afirmaram que entre as profissões exercidas pelos pais estava a de agricultor (Censo Empresarial, 2005).

Outro indicador que representa um traço de capital social é as relações constituídas entre os empresários, uma vez que, o círculo social de convivência dos empresários é formado em sua grande maioria por pessoas do mesmo ramo. A Figura 8 mostra que parcela pequena dos empresários pesquisados apresentava baixo nível de confiança nos seus colegas de atividade. Estes dados evidenciam uma forte propensão à coesão social, pois existe uma confiabilidade média tendendo para o crescimento entre os empresários.

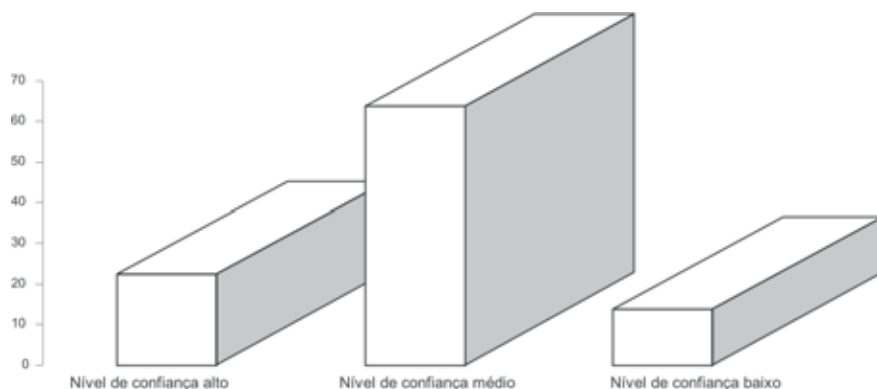


Figura 8 – Nível de confiança entre os empresários das confecções moda bebê de Terra Roxa.

Fonte: LIS (2004)

Benefícios	%
Cursos	20,6
Cooperação	12,7
Conhecimento	9,5
Viagens	9,5
Relacionamento	7,9
Reuniões	6,3
Troca de experiências	4,8
Compra de Máquinas	4,8
Compras em Conjunto	3,2
Consultorias	3,2
Cooperação do SEBRAE/PR	3,2
Parceria na troca de matéria-prima entre os empresários	3,2
Maior privilégios com instituições financeiras	3,2
Aproximação e conquistas no setor político	3,2
Redução da concorrência entre si	1,6
Melhor cooperação da ACIATRA	1,6
Respeito dos fornecedores	1,6
Total	100,00

Quadro 1 - Exemplos de benefícios citados pelos empresários das confecções infantis de Terra Roxa

Fonte: LIS (2004).

Atualmente, com a implantação do Grupo Gestor APL de Moda Bebê de Terra Roxa a totalidade dos empresários vinculados a esta associação declararam haver colaboração entre as empresas, e cerca 93% das empresas já recebeu algum tipo de benefícios. No Quadro 1 são listados esses benefícios.

5. Considerações finais e perspectivas

Como exaustivamente visto, o município de Terra Roxa tinha uma

base econômica apoiada na produção agropecuária e, atualmente mais diversificada, tende a uma complexidade nas relações intersetoriais pelo efeito desencadeador gerado pelas empresas de confecções infantis.

No final dos anos de 1950 até início da década de 1970, ocorre o esgotamento da fronteira agrícola associado ao processo de tecnificação agrícola em áreas de ocupação mais antigas, o que gerou um importante processo de emigração na região.

Com a modernização da agropecuária uma enorme quantidade de mão-de-obra foi liberada e, não tendo um suporte industrial urbano próximo que pudesse representar alguma alternativa, a solução foi à migração para outras fronteiras agrícolas, ou mesmo para centros urbanos mais próximos. Foi o que ocorreu em Terra Roxa entre 1970 a 1980, quando praticamente 15 mil pessoas, deixaram o município.

A incapacidade de absorção urbana se refletiu nos índices estacionários do emprego no setor da indústria e de serviços até, pelo menos, no final da década de 1990. É neste período (final de década de 1990 e início de 2000) que começam a proliferar as empresas de confecções infantis.

A origem familiar agrícola da maior parte dos empresários indica o esgotamento ocupacional do setor e a necessidade de busca por outros caminhos. A escolha deste caminho, num primeiro momento, deveu-se à

perspicácia de alguns empresários que perceberam um mercado promissor para empresas de confecções infantis, ainda na década de 1990. Num segundo momento, foi o aprendizado e a percepção do setor, ainda em crescimento, que levou alguns empregados a tentarem o empreendimento próprio. O que aparece, sempre em comum, é que esses empresários são em sua grande maioria moradores de longo tempo no município e, ainda, que são os geradores dos recursos financeiros utilizados para iniciar seu próprio negócio.

Contudo, a sociedade de Terra Roxa, 25 anos depois da grande perda populacional da década de 1970, visualiza nas empresas de confecções infantis, uma nova oportunidade de recuperação da economia local. Surge um nicho de mercado que, desde seu início já se configurou como opção de crescimento econômico.

Os empresários de confecção infantis perceberam que não resolveriam as dificuldades de gerar renda e bem estar para suas famílias mudando para outras regiões. A estratégia encontrada pelas pessoas que decidiram ficar em Terra Roxa foi a de apostar na idéia das empresas de confecções infantis. Esta ação evidencia os principais agentes de mudança da cidade e da sua população. É o que se chama de capital social, e é esta particularidade que atribui uma territorialidade específica e única, se comparado aos demais municípios de seu entorno.

Enfim, nas décadas de 1970 e 1980 o agente fundamental da economia do município foi a terra, tida como recurso físico que desenvolvia o capital produtivo local. Hoje, o que fez Terra Roxa ganhar um “novo fôlego” não é mais a terra, mas, sim sua gente e sua capacidade de gerar renda de um atividade que escapa da vocação da região, a anti-vocação. Gente em sua maioria nascida ou criada no município e que, como muitos outros agricultores e filhos de agricultores, viu seu meio de vida definhar em pouco mais de uma geração. Agora, com o surgimento de um novo caminho de crescimento eco-

nômico a ser trilhado, cuja expansão depende, essencialmente, de sua população, tida como o verdadeiro capital de sua retomada econômica. Essas pessoas são o diferencial de competitividade e de sucesso deste município, e é nelas que se deve investir.

A constituição do Grupo Gestor APL de Moda Bebê de Terra Roxa parece ser um ato consciente neste sentido, e os empresários do setor parecem estar convencidos de que sua empresa depende desta “matéria prima”, que se configurou por uma “gente” que vive e trabalha nesta cidade. Desta forma, uma empresa que treina funcionários não pode ser vista apenas como sua concorrente, mas sim uma colaboradora.

Para tanto, é necessário ter claro que a expansão econômica de hoje só aconteceu em função da existência da existência da população que vive em Terra Roxa, apesar dela ter uma composição heterogênea, pois foi formada por imigrantes de vários estados do Brasil, e de se tratar de um município jovem. As empresas de confecção infantil por mais que sejam de capital privado, têm um grande componente de construção coletiva, cuja organização se configura na atual constituição do APL.

Para uma gente que através de sua história viu seus próximos partirem em busca de alternativas de melhoria da qualidade de vida. Para uma população que, muito provavelmente, tenha, em cada família, um parente que, há anos atrás, tenha migrado de seu local de origem e que hoje, muito provavelmente, também já tenha em cada família um membro que já possua alguma experiência nas empresas de confecções infantis. Desta vez, no entanto, não é a terra o principal bem, mas o seu povo. Assim, como a terra se cultiva para produzir, a “gente” de Terra Roxa também deve ser “cultivada” para que possa manter-se produtiva.

Referências

A ECONOMIA PARANAENSE EM 1975. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, novembro/dezembro, n. 51, p.61-1970, 1975.

ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. In: *Economia Aplicada*. v. 4, nº 2. Departamento de Economia FEA/USP/FIPE. abr/jun.2000. p. 379-397.

ALBAGLI, S. Globalização e espacialidade: o novo papel do local. In: CASSIOLATO J.E.; LASTRES, H.M.M. *Globalização e inovação localizada: experiências de sistemas locais no Mercosul e proposições de políticas de C&T*. Brasília: IBICT/MCT, 1999.

ALBAGLI, S.; MACIEL, M. L. Capital social e desenvolvimento local. In: LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J.E.; MACIEL, M.L. (Orgs.). *Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003. p. 423-440.

AMÂNCIO, C.O.G. et al. Capital social, educação e liberdade: a necessidade de focar as condições para o surgimento deste recurso. In: XLIII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, Ribeirão Preto, 2005. *Anais*. Ribeirão Preto: SOBER, 2005.(CD-ROM).

BRITO, Fausto; HORTA, Cláudia Júlia Guimarães; AMARAL, Ernesto Friedrich de Lima. A urbanização recente no Brasil e as aglomerações metropolitanas. Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP – GT Migração. *Anais*. 2001. Disponível em: <http://www.abep.org.br/usuario/GerenciaNavegacao.php?caderno_id=362&nivel=1&texto_id=2092>. Acesso em: 18 dez., 2004.

BOURDIEU, P. The forms of capital In: HALSEY, H. A. et al. (eds). *Education: culture, economy, society*. Oxford University Press, 1997.

COLODEL, J.A. O oeste paranaense como espaço geográfico: mas qual espaço? In: PÉRIS, A.F. (org.) *Estratégia de desenvolvimento regional: região oeste do Paraná*. Cascavel: Edunoeste, 2003.

CORTES, S. M.V. Como fazer análise qualitativa de dados. In: BÊRNI, D.A. (Org.). *Técnicas de pesquisa em economia: transformando curiosidade em*

conhecimento. São Paulo: Saraiva, 2002. 408 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo populacional de 1970, 1980, 1990, 2000. (www.ibge.org.br)

LEÃO, I.Z.C.C. *O Paraná nos anos setenta*. Curitiba: IPARDES/CONCITEC, 1989.

LIS – Laboratório de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, 2004.

MAGALHÃES FILHO, F.B.B. O Paraná em revista. *Revista Paranaense de Desenvolvimento: economia, estado e sociedade*, n.82, maio/ago., p. 5-16, 1996.

MAILLAT, D. Globalização, meio inovador e sistemas territoriais de produção. In: *Revista Internacional de Desenvolvimento Local*. v. 3, n. 4, p. 9-16, Mar. 2002 .

MARTINELLI, D.P.; JOYAL, A. *Desenvolvimento local e o papel das pequenas e médias empresas*. São Paulo: Manole, 2004. 314 p.

MORAES, J.L.A. Reestruturação produtiva, sistemas produtivos locais (SPLs) e desenvolvimento territorial. In: XLIII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, Ribeirão Preto, 2005. *Anais*. Ribeirão Preto: SOBER, 2005. (CD-ROM).

PIFFER, M. *A dinâmica do oeste paranaense: sua inserção na economia regional*. Curitiba: UFPR, 1997. (Dissertação de Mestrado)

PUTNAM, R.D. *Comunidade e democracia*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

RIPPEL, R. *Migração e desenvolvimento no oeste do Paraná, uma análise de 1950 a 2000*. Toledo: UNIOESTE/Campus de Toledo, 2004. (Relatório anual de pesquisa).

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SCHMITZ, H. Eficiência coletiva: caminho de crescimento para a indústria de pequeno porte. *Ensaios FEE*. Porto Alegre, v. 18, n. 2, p-164-200, 1997.

STADUTO, J.A.R.; WILLERS, E.; AZEVEDO, P.R. *APL Moda Bebê de Terra de Roxa: censo empresarial, histórico e diagnóstico*. Toledo: UNIOESTE/SEBRAE-PR, 2005.



MESTRADO EM ANÁLISE REGIONAL

O primeiro da sua categoria no Estado da Bahia

